

PORTARIA Nº 29, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

**DETERMINA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE REPACTUAÇÃO DO
CONTRATO 012/13**

O Superintendente do Porto de Itajaí, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 1º e 3º da Lei Municipal nº 3.513/00; e

1. Considerando o Contrato 012/13 firmado com a **PORTO ESPORTIVO ITAJAÍ LTDA**, Sociedade de Propósito Específico-SPE constituída em decorrência do Consórcio Viseu KL, composto pela Construtora Viseu Ltda e a empresa Karlos Gabriel Lemos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.196.733/0001-92, ter sido logrado vencedor da Concorrência Pública 036/12;
2. Considerando a Notificação de Correção de Irregularidade nº 200/2016/ANTAQ emitida pela Agência Nacional de transportes Aquaviários, em 29/04/2016, que em seu Item 26, determinou que esta SPI imponha ao ARRENDATÁRIO valores não abrangidos inicialmente na referida avença, quais sejam, manutenção da dragagem da Baía Afonso Wippel e o ressarcimento dos valores já dispendidos em dragagem no referido local, especificamente:

Notificação de Correção de Irregularidade nº 200/2016/ANTAQ

(...)

*26. Nesse sentido, tendo em vista o que prevê a Ordem de Serviço nº 3/2016/SFC, a equipe de fiscalização decidiu por notificar a Superintendência do Porto de Itajaí para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, **promova as seguintes ações corretivas:** (grifamos)*

a) Promover a repactuação do contrato 12/2013, excluindo-se a responsabilidade da Superintendência do Porto de Itajaí em manter a profundidade mínima da Baía Afonso Wippel;

b) Promover a repactuação do contrato 12/2013, excluindo-se a possibilidade de aportes financeiros da Superintendência do Porto de Itajaí, bem como de qualquer outro ente público, para fazer frente aos custos de dragagem da Baía Afonso Wippel.;

c) Promover a restituição para o caixa do Porto de Itajaí dos valores dispendidos em dragagem na Baía Afonso Wippel, em face do descumprimento tanto da condicionante da ANTAQ para a aprovação do Edital/Licitação, quanto da destinação indevida da receita portuária que, por





**Porto
de Itajaí**

AUTORIDADE PORTUÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

sua vez, evidencia o descumprimento da Lei nº 8.630/93 (art. 32, V), do Convênio de Delegação Cláusula Terceira, Parágrafo único, e da Resolução nº 2240-ANTAQ (artigos 23, XVIII, e 28, I).

3. Considerando que repactuação contratual é uma das formas de se obter a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) conforme o Artigo 65 da Lei 8.666/93;
4. Considerando que o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, bem como o artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, supra citado, expressamente determinam que o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos deva ser mantido, conforme condições originalmente pactuadas;
5. Considerando que o Contrato nº. 12/2013, celebrado entre a Superintendência do Porto de Itajaí e a **PORTO ESPORTIVO ITAJAÍ LTDA**, nunca teve aferida a situação de seu equilíbrio econômico-financeiro desde sua celebração;
6. Considerando que a Cláusula Quadragésima do Contrato 012/13 expressamente determina que os termos e condições de referido instrumento serão revistos a intervalos de 05 anos, e sem seguida, em seu Parágrafo Único dá diretrizes para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro em caso de externalidade que o afete, objetivando manter suas condições econômico-financeiras, conforme o Artigo 65 da Lei 8.666/93, conforme transcrito:

(...)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DO REEQUILÍBRIO DO ARRENDAMENTO

A SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ a intervalos de 5 (cinco) anos reunir-se-á com a ARRENDATÁRIA DO CNA para examinar a eventual ocorrência de externalidades que tenham afetado de forma permanente e substancial o Contrato de Arrendamento, e, nesta hipótese, renegociar o ajuste de sorte a, conforme o caso, restabelecer o equilíbrio contratual para exploração das áreas e instalações portuárias.

PARÁGRAFO ÚNICO – Externalidades e o Equilíbrio Econômico-Financeiro

Constitui princípio fundamental que informa o regime jurídico do ARRENDAMENTO equilíbrio da equação econômico-financeira do

Myu



correspondente CONTRATO DE ARRENDAMENTO, cujas bases são representadas:

I. De um lado, pelos encargos da ARRENDATÁRIA DO CNA, consubstanciado no valor mensal do ARRENDAMENTO da área e seus respectivos encargos, conforme o fluxo de caixa estimado apresentado juntamente com sua proposta comercial, e

II. De outro lado, pela obrigação da SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ em disponibilizar as áreas e instalações arrendadas, bem como em exercer as atribuições contratuais e legais.

III. Pressupõe, ainda, que as atividades comerciais a serem desenvolvidas na área arrendada não ficarão sujeitas a nenhum outro encargo além dos acima indicados, particularmente às imposições de tarifas ou outras taxas portuárias, devidas à SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ ou recolhidas pela mesma, observado o regime tributário vigente à época da assinatura do presente contrato.

7. Considerando que a Comissão de fiscalização do Contrato 012/13, instaurada pela Portaria 032 de 20/05/15 já trabalha análise de possíveis externalidades do Contrato 012/13,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar procedimento administrativo a ser conduzido pela Superintendência do Porto de Itajaí, com objeto de repactuação do Contrato 012/13 face às determinações da Notificação de Correção de Irregularidade nº 200/2016/ANTAQ com a consequente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, trazendo-se também à análise outras externalidades eventualmente apuradas pela Comissão de Fiscalização do mesmo, instaurada pela Portaria 032 de 20/05/15 e ou pela própria ARRENDATÁRIA que possam ensejar desequilíbrio do referido Contrato 012/13.

Art. 2º - A Comissão de fiscalização desta SPI e a ARRENDATÁRIA tem o prazo de **10 (dez) dias úteis** da notificação para apresentarem externalidades que possam estar afetando ou que venham a afetar equilíbrio econômico-financeiro do Contrato 012/13, com as manifestações iniciais, expondo todas as razões que a seu ver justificam seu direito à recomposição do equilíbrio;

Mya



**Porto
de Itajaí**

AUTORIDADE PORTUÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

Art. 3º A aferição da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato 012/13 determinada pelo artigo 1º desta Portaria será realizada com base em estudos técnicos, econômicos e jurídicos preparados pela Superintendência do Porto de Itajaí, pela Arrendatária ou por terceiros por eles contratados para tal finalidade de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - Os estudos realizados ou contratados pela Superintendência mencionados no caput deste artigo levarão em consideração todos os acontecimentos ocorridos desde a celebração do Contrato 012/13 que possam ter qualquer efeito sobre o cumprimento das respectivas obrigações pelas partes, devendo fornecer conclusões objetivas e precisas acerca das externalidades apresentadas, considerando:

- a. as responsabilidades e riscos correspondentes a cada evento ocorrido;
- b. os custos incorridos pelas partes para o cumprimento de suas obrigações;
- c. a exigibilidade da respectiva parte do cumprimento de suas obrigações à luz do Contrato 012/13 e da legislação aplicável;
- d. os impactos de cada um dos eventos relacionados direta ou indiretamente com o arrendamento do Complexo Náutico Ambiental, sobre os custos e a capacidade de cada uma das partes no cumprimento de suas respectivas obrigações contidas no Contrato 012/13, conforme aditado;
- e. a possibilidade jurídica e dos limites da revisão do Contrato 012/13 nos termos da legislação aplicável; e
- f. os valores que devem ser considerados na recomposição do equilíbrio econômico-financeiros, caso venha a se concluir que tal recomposição é devida.

Art. 4º - À Arrendatária será garantido amplo direito de contraditório e ampla defesa dos atos do procedimento, inclusive sendo-lhe assegurado o contraditório dos estudos da Superintendência, e franco acesso aos autos do processo administrativo de revisão.

Parágrafo único - A participação da Arrendatária durante o processo não implicará sua concordância com os resultados da análise promovida pela Superintendência.

Mye



**Porto
de Itajaí**
AUTORIDADE PORTUÁRIA

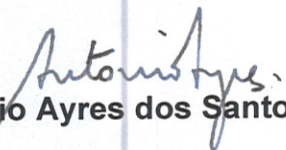
SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

Art. 5º - A Superintendência do Porto de Itajaí tornará disponível ao público em geral, por meio de publicação em seu sítio na internet (www.portoitajai.com.br), os estudos finais concernentes ao processo de avaliação.

Art. 6º - Em consonância com o disposto nos artigos 3º, 4º e 5º e da Lei Municipal nº 3.513/00, ficam as Diretorias Administrativa Financeira e Técnica, juntamente com a Assessoria Jurídica da Superintendência incumbida de coordenar as atividades a que se refere esta Portaria.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser a arrendatária **PORTO ESPORTIVO ITAJAÍ LTDA** imediatamente notificada acerca do início do processo administrativo disciplinado por esta Portaria.

Itajaí, 06 de Junho de 2016.


Eng. Antonio Ayres dos Santos Junior
Superintendente do Porto de Itajaí